

O Atlântico®

Sexta-feira, 31 de Março 2023

PUBLICIDADE LEGAL

PUBLIQUE AQUI

47 2033-4209

47 99795-9834

assinaturaatlantico@gmail.com

Assinado digitalmente por
Jornal O Atlântico Integrado Ltda
CNPJ: 26.329.034/0001-18
A autenticidade deste documento pode ser
visualizada diretamente no portal
<http://oatlantico.com.br/publicacoes-legais/>



ISO 9001:15

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados(as) Senhores(as),

Os Administradores da Companhia Águas de Itapema ("Águas de Itapema" ou "Companhia") apresentam para vossa apreciação as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo de Resultado Abrangente.

As informações financeiras estão expressas em milhares de Reais.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

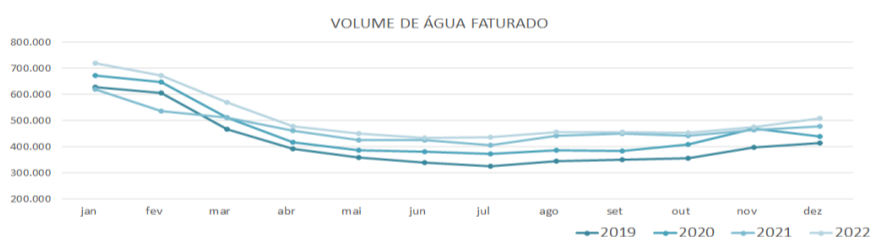
DESTAQUES OPERACIONAIS

A Águas de Itapema observou em 2022 crescimento de 5,22% em economias de água, em linha com os crescimentos observados nos exercícios anteriores, e de 5,18% em economias de esgoto, fruto do crescimento da cidade.

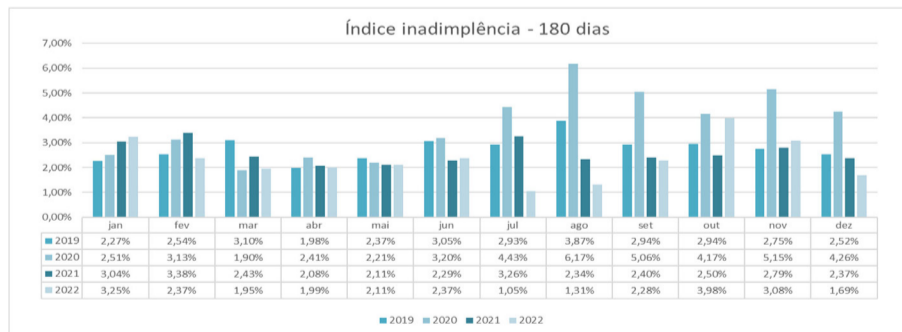
	Economias de Água em janeiro	Economias de Água em dezembro	CRESCIMENTO ANUAL %
2020	48.008	50.353	4,66%
2021	50.537	52.537	3,81%
2022	52.753	55.656	5,22%
	Economias de Esgoto em janeiro	Economias de Esgoto em dezembro	CRESCIMENTO ANUAL %
2020	34.818	39.529	11,92%
2021	39.667	41.082	3,44%
2022	41.169	43.420	5,18%

O volume faturado de água no ano de 2022 teve seu crescimento em 7,32% quando comparado com 2021, devido ao aumento do número de economias acima destacado e gestão da micromedição, verificando os hidrômetros que apresentam desvio padrão significativo.

CONASA ÁGUAS DE ITAPEMA S.A. | RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS DE 2022



O índice de inadimplência médio de 2022 ficou abaixo da projeção para o ano. Chegamos a alcançar 1,05%, o menor índice histórico desde o início da Concessão e terminando o ano em 1,69%.



REAJUSTE TARIFÁRIO

Conforme previsão contratual, o reajuste tarifário de 2022, correspondente aos últimos 12 meses, que foi concedido através do Decreto Municipal nº 92/2022, autorizando a aplicação do reajuste de 8,85%, aplicado a partir de 01 de janeiro de 2023.

PERFIL DA COMPANHIA

Desde 2004, a Águas de Itapema detém a concessão dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto de Itapema, no litoral de Santa Catarina. Até 2022 já foram investidos R\$ 223 milhões, assegurando a universalização do acesso à água tratada no município e dotando-o com rede coletora de esgoto que já alcança cerca de 90% da população total, fixa e flutuante. Com uma capacidade de produção diária de quase 50 milhões de litros de água tratada, o sistema tornou o município autossuficiente em abastecimento, sem interrupção nas temporadas de verão. A instalação de reservatórios de água bruta podendo armazenar até 500 milhões de litros representa medida preventiva ao risco de eventual escassez dos recursos hídricos da região, garantindo qualidade de vida para a população e visitantes. Esses índices posicionam Itapema entre as cidades mais bem assistidas em saneamento do Sul do País.

A captação de recursos finalizada em 2019, permitiu à Águas de Itapema investir no sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto, enquadrado como prioritário por meio da Portaria do Ministério das Cidades nº320/2018, o qual compreende, entre outros investimentos, a expansão da rede coletora de esgoto e a

ampliação da capacidade de armazenamento e abastecimento de água. A cidade de Itapema apresenta um crescimento populacional e turístico vertiginoso, está entre as que mais crescem em Santa Catarina. Pesquisa do CREA-SC aponta que, entre 2010 e 2021, Itapema registrou 20,3% de expansão na área construída, registrando o melhor indicador do Estado. Os serviços prestados pela Águas de Itapema estão diretamente relacionados aos índices alcançados.

Após 4 anos de grandes investimentos da Conasa Águas de Itapema, o município de Itapema foi classificado como o 10º melhor do país de acordo com os indicadores de Meio Ambiente do Ranking Connected Smart Cities de 2022, realizado pela consultoria Urban Systems. A iniciativa identifica cidades mais inteligentes, humanas e sustentáveis de acordo com os princípios de integração, inovação, colaboração, transparência e foco nas pessoas. Com investimentos privados em saneamento, realizados pela Conasa Águas de Itapema, 100% da população urbana recebe água tratada, cerca de 90% contam com coleta de esgoto e 100% do esgoto coletado é tratado, percentuais que diferenciam a cidade no país na qualidade do meio ambiente. A cidade tem ainda padrão excelência no combate às perdas na distribuição de água tratada, apresentando índice 50% menor que a média nacional.

Outro destaque importante, Itapema teve a maior valorização do metro quadrado no Brasil neste último ano, com crescimento médio de 25,71%. Atualmente ela é a quarta cidade com o metro quadrado mais enriquecido do país. Os dados foram divulgados pelo índice FipeZap que compara dados de 50 municípios com o mercado imobiliário aquecido.

Nos anos de 2017 e 2018, fruto das boas práticas operacionais, a Águas de Itapema recebeu o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS), outorgado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). No ano de 2017 a Águas de Itapema foi a única empresa do setor privado a integrar o grupo seletivo das 20 (vinte) melhores empresas em gestão no saneamento ambiental no país. A Águas de Itapema foi agraciada nas categorias "As melhores em gestão do saneamento ambiental", nível Cobre (2017) e nível Bronze (2018). O Prêmio é considerado o mais importante do setor na América Latina e avalia a implantação de boas práticas na gestão do saneamento.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Os resultados obtidos pela Águas de Itapema no exercício de 2022, refletem os investimentos iniciados em 2019, com uma melhora extraordinária de receita, lucro bruto e EBITDA, bem como a retomada da economia, principalmente turismo, após a pandemia da COVID-19.

RECEITAS

As receitas de distribuição de água, tratamento de esgoto e serviços atrelados encerraram o exercício de 2022 em R\$ 99.917 contra R\$ 73.165 em 2021, um aumento de 36%, devido principalmente à retomada da economia pós COVID, assim como aos investimentos realizados pela Águas de Itapema, especialmente a disposição de novas áreas com redes coletoras de esgoto, substituição de hidrômetros e relevante crescimento orgânico da cidade.

A receita líquida da Águas de Itapema encerrou o exercício de 2022 em R\$ 90.887 contra R\$ 71.044 em 2021.

CUSTOS E DESPESAS

Os custos sofreram uma queda, de R\$ 32.084 em 2021 para R\$ 30.429 em 2022. A queda decorre do custo de construção de R\$ 7.612 em 2021 contra R\$ 2.856 em 2022, que reflete a diminuição dos investimentos realizados no exercício. Desconsiderando os efeitos do custo de construção, nota-se estabilidade nos anos dos custos de materiais e serviços.

CONASA ÁGUAS DE ITAPEMA S.A. | RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS DE 2022

O Lucro Bruto cresceu de R\$ 38.960 em 2021 para R\$ 60.458 em 2022, principalmente pelo efeito do crescimento das receitas.

Em que pese o aumento do Lucro Bruto, as despesas foram afetadas pela adesão ao Programa de Recuperação Fiscal do Município de Itapema, para regularização de ISS devido entre o período de 2008 e 2009, apurada através de processo administrativo e objeto da Execução Fiscal nº 09036984.84.2020.8.024-0125, com parcelamento dos débitos com redução de 50% nas multas e juros realizados no final do exercício de 2021.

EBITDA

A Companhia utiliza as definições de EBITDA ou LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização da Instrução CVM 527/2012, sendo o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

Em 2022 a margem EBITDA ajustada foi de 59,66%, um aumento de 2,72% em relação ao exercício de 2021 de 58,08% em pontos percentuais.

A Companhia apresenta os ajustes no EBITDA para melhor demonstrar os efeitos recorrentes das atividades operacionais, retirando efeitos contábeis positivos ou negativos de cada ano ou efeitos não recorrentes, de modo a aproximar a demonstração financeira do resultado operacional das atividades. A explicação de cada ajuste considerado encontra-se na seção de Lucro Líquido.

	2022	2021	2020
EBITDA			
Lucro Líquido	21.053	1.031	(5.744)
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.849	1.155	1.771
Depreciação e Amortização	9.898	9.508	8.110
Resultado Financeiro	15.379	24.945	21.519
EBITDA	55.179	36.639	25.656
Efeitos não Recorrentes em Receita, Custos e Despesas ¹	746	201	6.473
EBITDA Ajustado	55.925	36.840	32.129
Margem EBITDA Ajustado	59,66%	58,08%	59,26%

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

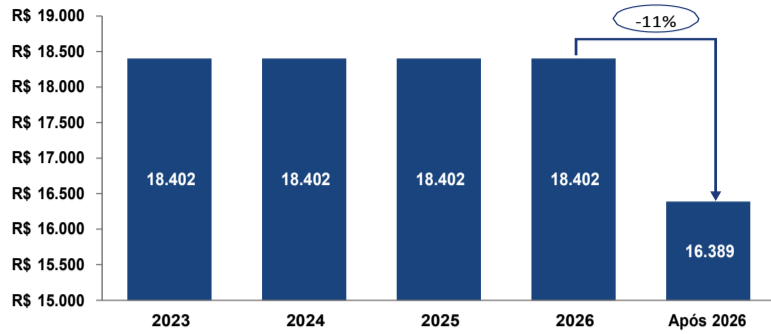
A Companhia encerrou o exercício com lucro de R\$ 21.053 em 2022 contra R\$ 1.031 no ano de 2021.

PASSIVOS

Os passivos da Companhia se concentram em captações voltadas a aplicação nos investimentos previstos no Contrato de Concessão. As captações foram realizadas de emissão de debêntures incentivadas enquadradas na Lei 12.431, com pagamento enquadrado no conceito de Project Finance, com o fluxo do projeto como principal fonte de pagamento.

O quadro abaixo apresenta o fluxo de vencimento dos financiamentos para os próximos exercícios.

Fluxo de Vencimentos



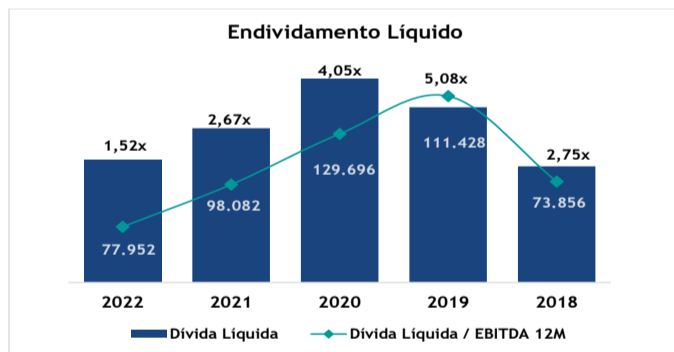
DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA

O EBITDA em comparação com a Dívida Líquida da Companhia é uma medição não contábil utilizada como indicativo para verificação da capacidade de geração de caixa para cumprimento das obrigações financeiras da empresa.

	2022	2021	2020
EBITDA			
Lucro Líquido	21.053	1.031	(5.744)
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.849	1.155	1.771
Depreciação e Amortização	9.898	9.508	8.110
Resultado Financeiro	15.379	24.945	21.519
EBITDA	55.179	36.639	25.656
Efeitos não Recorrentes em Receita, Custos e Despesas ¹	746	201	6.473
EBITDA Ajustado	55.925	36.840	32.129
Margem EBITDA Ajustado	59,66%	58,08%	59,26%
Dívida Bruta	104.603	124.169	133.256
Disponibilidades	26.651	26.087	3.509
Conta Reserva	92	54	52
Dívida Líquida	77.860	98.028	129.695
Dívida Líquida EBITDA Ajustado	1,39 x	2,66 x	4,04 x

A evolução do indicador consolidado acima demonstra a redução da alavancagem da Companhia e solidez financeira.

CONASA ÁGUAS DE ITAPEMA S.A. | RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS DE 2022



O aumento do indicador nos últimos anos se deu essencialmente pela 2ª Emissão de Debêntures, com os recursos alocados na execução dos investimentos 2019-2020, que permitiu aumento das receitas e redução dos custos. Ainda, em dezembro de 2021, a Companhia recebeu recursos de sua controladora e liquidou de forma antecipada o financiamento junto ao BRDE.

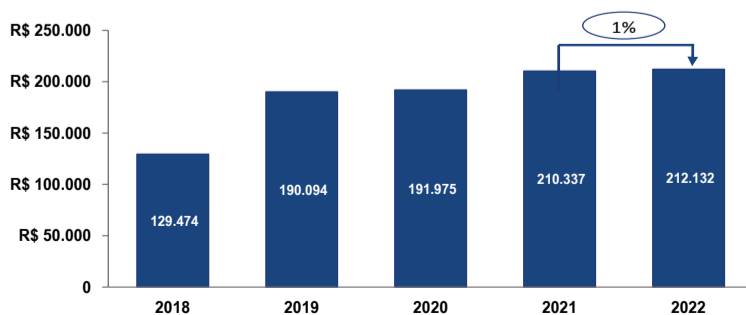
ATIVOS

Quanto aos ativos relevantes da Companhia, há concentração do ativo em nos ativos intangíveis vinculados às concessões, que serão revertidos ao poder concedente ao final do período de concessão.

A Companhia aumentou sua base de ativos de R\$ 210.338 em 2021 para R\$ 212.132 em 2022. No ativo intangível nota-se crescimento de R\$ 222.834 em 2021 para R\$ 225.746 em 2022, fruto do término dos investimentos realizados com a emissão da debênture.

O quadro abaixo apresenta a evolução do total do ativo.

Ativos IFRS (R\$ k)



CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação o art. 17 da Instrução CVM 162/2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da Companhia contratou a PwC Auditores Independentes para os serviços de auditoria para o período de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.

CONASA ÁGUAS DE ITAPEMA S.A. | RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS DE 2022



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ÁGUAS DE ITAPEMA

31 de dezembro de 2022

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Balanco patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2022		31/12/2021	
Circulante		42.531	35.545		
Caixa e equivalentes de caixa	3	26.651	26.088		
Contas a receber	4	12.497	5.579		
Créditos tributários	5	362	1.673		
Adiantamentos	6	909	166		
Ativos destinados a aplicações na concessão	7	1.964	1.824		
Outros ativos circulantes		148	215		
Não circulante		169.601	174.793		
Realizável a longo prazo		481	546		
Títulos e valores mobiliários		92	54		
Créditos tributários	5	36	165		
Outros ativos não circulantes		353	327		
Imobilizado	8	465	166		
Intangível	9	155.186	160.243		
Direito de uso do ativo	11.1	13.469	13.838		
Total do ativo		212.132	210.338		
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante		38.184	27.681		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	17.943	12.363		
Fornecedores	13	3.410	3.386		
Passivo de arrendamentos	11.3	1.843	1.610		
Pessoal e encargos sociais a pagar	14	877	790		
Encargos tributários a pagar	15	2.964	242		
Impostos e contribuições parcelados	15	4.166	6.370		
Partes relacionadas	10	2.918	2.918		
Dividendos a pagar	17.3	3.860	-		
Outras contas a pagar	-	203	2		
Não circulante		90.826	116.046		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	72.054	97.802		
Passivo de arrendamentos	11.3	12.763	12.394		
Impostos e contribuições parcelados	15	5.344	5.795		
Provisões para contingências	16	665	55		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		83.122	66.611		
Capital social	17.1	68.496	68.496		
Reserva legal	17.2	731	-		
Reserva de retenção de lucros	17.4	13.895	-		
Prejuízos acumulados	17.5	-	(1.885)		
Total do passivo e patrimônio líquido		212.132	210.338		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	18	90.887	71.044
Custos dos serviços prestados	19	(30.429)	(32.084)
Lucro bruto		60.458	38.960
(Despesas)/receitas operacionais		(15.177)	(11.829)
Despesas gerais e administrativas		(10.841)	(9.305)
Despesas comerciais	20	(2.773)	(2.341)
Outras receitas/despesas	21	(1.563)	(183)
Resultado operacional antes do efeitos financeiros		45.281	27.131
Resultado financeiro	23	(15.379)	(24.945)
Despesas financeiras		(17.554)	(26.266)
Receitas financeiras		2.175	1.321
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social		29.902	2.186
Imposto de renda e contribuição social	24	(8.849)	(1.155)
Corrente		(9.328)	(1.658)
Diferido		479	503
Lucro líquido do exercício		21.053	1.031
Lucro por ação - Reais	25	0,3074	0,0261

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA**Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais)**

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	21.053	1.031
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	21.053	1.031

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros e/ou prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	36.785	-	-	(2.916)	33.869
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.031	1.031
Integralização de capital	31.711	-	-	-	31.711
Destinação do resultado do exercício:					
Saldos em 31 de dezembro de 2021	68.496	-	-	(1.885)	66.611
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.053	21.053
Destinação do resultado do exercício:					
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(4.542)	(4.542)
Reserva legal	-	731	-	(731)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	13.895	(13.895)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	68.496	731	13.895	-	83.122

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA**Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais)**

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	21.053	1.031
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa proveniente das/(aplicado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização sobre imobilizado, intangível e direito de uso	9.929	9.522
Reversão da provisão para contingências	610	(59)
Juros apropriados sobre debêntures	12.728	22.350
Juros apropriados sobre parcelamentos	1.370	965
Juros apropriados sobre passivo de arrendamentos	2.352	2.038
Juros sobre o capital próprio	4.542	-
Amortização custo de captação	459	459
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	1.308	617
Reconhecimento de tributos de outros períodos	462	254
Impostos diferidos	(479)	(503)
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas a receber	(3.111)	(1.085)
Demais contas a receber e adiantamentos	(703)	477
Créditos tributários	959	2.773
Ativos destinados à aplic. concessões e serviços	(140)	(197)
Aumento/(redução) nos Passivos		
Fornecedores	181	(330)
Encargos tributários a pagar	7.248	925
Salários e encargos sociais a pagar	87	10
Impostos e contribuições parcelados	(4.026)	(6.035)
Demais contas a pagar	(9.131)	646
	45.698	33.858
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(16.308)	(8.333)
Juros pagos sobre passivo de arrendamentos	(1.457)	(884)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.979)	(1.142)
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais	22.954	23.499
Aquisição de ativo imobilizado e intangível e direito de uso	(3.543)	(7.669)
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(28)	(2)
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de investimento	(3.571)	(7.671)
Empréstimos e financiamentos pagos - amortização	(17.047)	(24.004)
Passivo de arrendamentos - amortização	(1.773)	(956)
Integralização de capital	-	31.711
Caixa Líquido proveniente das (aplicado nas) Atividades de financiamento	(18.820)	6.751
Acréscimo (decrécimo) líquido no saldo de caixa	563	22.579
Caixa e equivalente de caixa		
Composição do caixa inicial	26.088	3.509
Composição do caixa final	26.651	26.088

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. Contexto operacional**

A Companhia Águas de Itapema ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a implantação e exploração, em regime de concessão dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil com sede na Av. Marginal Leste, 5, na cidade de Itapema. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa.

O prazo de concessão, que era de 300 meses (25 anos), contados a partir da data de recebimento da Ordem do Serviço Global, ocorrido em 08 de julho de 2004, foi prorrogado para 480 meses (40 anos), conforme contrato de prorrogação de prazo firmado em 04/12/2015. Com a prorrogação contratual, a Companhia assumiu contratualmente as metas do Plano Municipal de Saneamento Básico, que prevê investimentos de aproximadamente R\$ 504 milhões (não auditado) nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto de 2016 até 2044 em toda a rede urbana, com metas anuais. O sistema de água receberá aporte de R\$ 149,9 milhões (não auditado), e o de esgoto, R\$ 353,9 milhões (não auditado). Para o sistema de água, estão previstos o aumento da reservação de água bruta e de água tratada, implantação de novas adutoras e redes de distribuição, aumento da capacidade de tratamento de água nas estações, substituição de hidrômetros, controle de perdas, entre outros, com o objetivo de garantir o abastecimento de água nas temporadas de verão. A Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados no contrato de concessão. A remuneração da Companhia se dá pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água e esgoto faturáveis e aos demais serviços associados diretamente aos consumidores, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade dos serviços prestados e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

1.1. Planos da Administração

Em 7 de fevereiro de 2019, a Companhia emitiu R\$ 100.000 em debêntures enquadradas na Lei 12.431/11. Tal captação de recursos foi utilizada no plano de investimentos previsto no Contrato de Concessão para o exercício de 2019 e 2020.

A captação contou com o Banco Santander (Brasil) S.A. como Coordenador Líder e obteve rating Aa3.br pela Moody's.

A totalidade dos recursos oriundos da referida emissão foi investida no sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto da cidade de Itapema - SC, enquadrado como prioritário por meio da Portaria do Ministério das Cidades nº 320, de 15 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 16 de maio de 2018, o qual compreende, entre outros investimentos, a expansão da rede coletora de esgoto e a ampliação da capacidade de armazenamento e abastecimento de água da Companhia Águas de Itapema, envolvendo, aproximadamente, 37 km de rede coletora de esgoto nos bairros Jardim Praia Mar e Morretes; ampliação e modernização da Estação de Tratamento de Esgoto do bairro Morretes; construção de mais uma Estação de Tratamento de Água com capacidade de 125 litros por segundo e novos reservatórios de água tratada com capacidade para armazenar 7 milhões de litros e ampliação da Lagoa de Reservação de água bruta em mais 200 milhões de litros.

O decreto Municipal nº 102/2020, de 18 de dezembro de 2020, que foi publicado no dia 23 de dezembro de 2020, autorizou a aplicação do reajuste no percentual de 12,14%, acumulado no período entre janeiro de 2017 e dezembro de 2019, deixando de conceder o reajuste referente a 2020, e este foi aplicado a partir do dia 01/02/2021.

Em 21 de junho de 2021, a Prefeitura publicou o decreto nº 38/2021 onde autorizou o reajuste das tarifas correspondentes aos serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto em 7,32% correspondentes a variação dos índices acumulados no período de janeiro a dezembro de 2020. O reajuste foi aplicado a partir de 1º de agosto de 2021.

Em 1º de dezembro de 2022, a Prefeitura publicou o decreto nº 92/2022 onde autorizou o reajuste das tarifas correspondentes aos serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto em 8,85% correspondentes a variação dos índices acumulados no período de janeiro a dezembro de 2021. O reajuste será aplicado a partir de 1º de janeiro de 2023. Com o reajuste tarifário obtido a Administração prevê um resultado muito otimista para o exercício de 2023, considerando o final da pandemia e a retomada da economia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia obteve um de seus maiores faturamentos brutos, sem considerar os impostos, do período de concessão, encerrando com R\$ 94.645.

Reversão dos prejuízos acumulados e a reversão do capital circulante líquido negativo.

Com a ampliação do atendimento de esgoto e da capacidade de tratamento de água, a Companhia, assim como previsto no plano de negócio, aumentou sua receita e está cumprindo com as obrigações contratuais, dentro de um equilíbrio entre capital próprio e capital de terceiros. Além da ampliação na rede de esgoto que previa o aumento nas receitas, o decreto Municipal nº 102/2020, de 18 de dezembro de 2020, que foi publicado no dia 23 de dezembro de 2020, autorizando a aplicação do reajuste no percentual de 12,14%, acumulado no período entre janeiro de 2017 e dezembro de 2019, deixando de conceder o reajuste referente a 2020, e este foi aplicado a partir do dia 01 de fevereiro de 2021. A administração da Companhia conseguiu reverter seu capital circulante líquido negativo com a integralização de capital, assim como absorção de parte dos prejuízos acumulados, com o resultado do exercício de 2021. No exercício de 2022 a Companhia conseguiu manter o fluxo de caixa operacional que foi suficiente para a liquidação do passivo circulante, mantendo assim o capital circulante positivo.

A Companhia não obteve impacto significativo da Covid-19 na sua concessão em 2021, pela característica de monopólio regulado. Dessa forma as receitas de serviços não sofreram queda, e sim um aumento em relação ao mesmo exercício anterior. Por outro lado, houve um pequeno aumento não significativo na inadimplência durante a pandemia. Com a retomada da economia, a Companhia obteve no exercício de 2022, o maior faturamento bruto de sua história encerrando em R\$ 94.645. Deste modo, a administração prevê que para o exercício de 2023, manterá a geração dos seus fluxos de caixa e compromissos todos em dia.



1.2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 29 de março de 2023.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste ao valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes das registradas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o "Real", pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As informações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações contábeis.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos, financiamentos e debêntures", no passivo circulante.

2.5. Ativos e passivos financeiros

2.5.1 Ativo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (esses são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber e saldos a receber da Agência Nacional de Águas - ANA. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.3 Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.5.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6 Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrentes de Parceria Público-Privada - PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.7 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos, são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente

pela Administração para cobrir eventuais perdas, inclusive abrangendo os efeitos do CPC 48. A análise é realizada com base em dados objetivos do "contas a receber", histórico de recebimentos, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

2.8 Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços

Os ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação desses ativos é o da média ponderada móvel. Os custos desses ativos incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de materiais. Esses ativos são materiais destinados ao consumo, a alocação em serviços a serem prestados e à manutenção das infraestruturas de: a) tratamento e distribuição de água; b) coleta e tratamento do esgoto. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão são classificados como "ativo intangível em curso". As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Ativos intangíveis

a) Intangível - Contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, gestão de iluminação pública e outros, firmados com o poder concedente.

A Companhia reconhece o ativo intangível ou ativo financeiro à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos ou contraprestação devida pelo poder concedente, conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão, ou no ativo financeiro, quando a contraprestação é devida diretamente pelo poder concedente ou a recuperação do ativo for superior ao prazo do Contrato de Concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor. Nos ativos financeiros, a amortização se dá pela parcela da contraprestação definida para amortização do ativo.

b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos

intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

2.10. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida Útil Estimada
Móveis e utensílios	10
Veículos	20
Computadores e Periféricos	20
Máquinas e Equipamentos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas / despesas na demonstração do resultado.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, mesmo não sendo requerido. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido emitidos pela Companhia, compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida

conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 Direito de uso e passivo de arrendamentos

Os contratos de arrendamentos são registrados no ativo denominado Direito de Uso, que é o correspondente àquele que representa a transferência ao direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento; o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade denominado passivo de arrendamentos, com exceção dos casos de arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses) ou de arrendamentos de baixo valor, conforme CPC 06.

2.15 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira

2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda e de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos pela companhia no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos

correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A Companhia optou pelo regime de lucro real trimestral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, assim como para o exercício de 2021.

2.17 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas dos municípios permissionários que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

a) Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos.

Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

b) Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1) (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem.

c) A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

d) Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos. A receita de operação consiste no tratamento de água e esgoto assim como os serviços, e são reconhecidas no resultado considerando os faturamentos realizados para os consumidores.

2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/ Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.20 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia revisa suas estimativas contábeis, críticas, julgamentos e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

a) Tributos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, que poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes.

O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

b) Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.

c) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso: Anualmente a Companhia testa eventuais perdas (impairment) do seu ativo intangível, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado.

2.21. Mudança nas principais políticas contábeis

2.21.1. Novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022

- Alteração ao CPC 27 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- Alteração ao CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no

teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.

(ii) CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

(iii) CPC 38 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não houve impactos na adoção das normas adotadas pela Companhia.

Não há outras normas do CPC ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.21.2. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Alteração ao CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do CPC 26. As alterações do CPC 26 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao CPC 26 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor, assim como as descritas acima que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e saldos em conta corrente bancária	169	220
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	26.482	25.868
	26.651	26.088

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2022 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100% do CDI, comparados aos 98% do CDI em 31 de dezembro de 2021.

4. Contas a receber

4.1. Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - Consumidores	22.475	14.249
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(9.978)	(8.670)
	12.497	5.579

As contas a receber referem-se à remuneração da concessionária sobre a distribuição de água tratada e serviços de rede de esgoto no Município de Itapema - Santa Catarina, em regime de concessão.

4.2. Composição das contas a receber por vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
Faturado		
A vencer	5.317	4.492
Vencidos até 30 dias	1.834	940
Vencidos de 31 até 60 dias	433	270
Vencidos de 61 até 180 dias	544	539
Vencidos há mais de 181 dias	9.232	8.008
(-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(9.978)	(8.670)
	7.382	5.579

4.3. Movimentação das Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos iniciais	8.670	8.053
Reversão PCLD	(137)	(314)
Constituição de PCLD	1.445	931
Saldos finais	9.978	8.670

Através de análises de crédito, históricos de recebimentos e prospecção de perdas futuras, a Administração da Companhia decidiu constituir provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa no montante líquido de R\$ 1.445 em 2022.

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos consumidores. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias, além de avaliar a estimativa de determinadas perdas esperadas, que na média encerrou o exercício de 2022 em 4,33% (4,69% em 31 de dezembro de 2021), conforme CPC 48.

5. Créditos tributários

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Cofins a recuperar sobre intangível	294	1.366
Pis a recuperar sobre intangível	64	297
IRRF sobre aplicação financeira	-	6
Outros impostos a recuperar	4	4
	362	1.673
Não circulante		
Cofins a recuperar sobre intangível	29	135
Pis a recuperar sobre intangível	7	30
	36	165
Total de créditos tributários	398	1.838

6. Adiantamentos

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a funcionários	111	115
Adiantamento a fornecedores (a)	798	51
Total de adiantamentos	909	166

a) Foram realizados adiantamentos a fornecedores para manutenção da infraestrutura no período de verão.

7. Ativos destinados à aplicação nas concessões

Os ativos destinados à aplicação na concessão são compostos por materiais de construção e demais artefatos e insumos aplicados em reparos da rede de tratamento de esgoto e água.

	31/12/2022	31/12/2021
Produtos químicos	199	441
Bombas e equipamentos	302	287
Tubos e conexões para água	163	167
Tubos e conexões para esgoto	921	788
Hidrômetros	200	116
Outros materiais de uso e consumo e manutenção	179	25
	1.964	1.824

8. Imobilizado

8.1. Composição

	Vida útil (%)	31/12/2022		31/12/2021	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	4	270	(2)	268	-
Móveis e utensílios	10	91	(76)	15	7
Veículos	20	716	(710)	6	9
Computadores e periféricos	20	357	(222)	135	100
Máquinas e equipamentos	10	463	(428)	35	50
Ferramentas	20	6	-	6	-
		1.903	(1.438)	465	166

A Administração avaliou que não há indicadores, internos ou externos, inclusive considerando o atual cenário de pandemia da Covid-19, de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada (impairment) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

8.2. Síntese da movimentação do ativo imobilizado

	Saldo			Saldo
	31/12/2021	Adições	Depreciação	
Custo				
Instalações	-	270	(2)	268
Móveis e utensílios	7	11	(3)	15
Veículos	9	-	(3)	6
Computadores e periféricos	100	70	(35)	135
Máquinas e equipamentos	50	-	(15)	35
Ferramentas	-	6	-	6
	166	357	(58)	465
Saldo				
31/12/2020				31/12/2021
Custo				
Móveis e utensílios	9	-	(2)	7
Veículos	18	-	(9)	9
Computadores e periféricos	73	51	(24)	100
Máquinas e equipamentos	65	-	(15)	50
	165	51	(50)	166

9. Intangível

9.1. Composição

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa		Taxa		Taxa		Taxa	
	Amortização Média Anual	Custo	Amortização acumulada	Intangível Líquido	Amortização Média Anual	Custo	Amortização acumulada	Intangível Líquido
Contrato de concessão	4,970%	224.987	(70.442)	154.545	4,793%	222.131	(62.504)	159.627
Software e redes	20,0%	759	(118)	641	20,0%	704	(88)	616
		225.746	(70.560)	155.186		222.835	(62.592)	160.243

(*) Foram concluídas todas as obras que estavam em andamento referentes a investimentos em infraestrutura no sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto da cidade de Itapema/SC previstos no contrato de concessão.

9.2 Descrição da concessão e vigência

A Companhia é concessionária dos serviços de abastecimento básico de água tratada e tratamento de esgoto, mediante contrato firmado com o Município de Itapema, no Estado de Santa Catarina, para realização dos serviços de abastecimento de água. Compreendendo a execução de todos os investimentos e as atividades necessárias à gestão dos sistemas e serviços de abastecimento de água e a sua comercialização, mediante a cobrança de tarifa.

O prazo de concessão é de 480 meses (40 anos), contados a partir do efetivo início dos serviços concedidos, e a Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados.

A remuneração da Companhia se dá pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água, de forma a possibilitar devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade do serviço prestado.

Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Companhia, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas serão revertidos ao serviço de água e esgoto do Município de Itapema.

9.3. Movimentações do intangível

	31/12/2022			
	Intangível líquido inicial	Adições	Amortização do período	Intangível líquido final
Contrato de concessão	159.627	2.856	(7.937)	154.546
Software e redes	616	54	(30)	640
	160.243	2.910	(7.967)	155.186

	31/12/2021			
	Intangível líquido inicial	Adições	Amortização do período	Intangível líquido final
Contrato de concessão	159.697	7.612	(7.682)	159.627
Software e redes	639	6	(29)	616
	160.336	7.618	(7.711)	160.243

9.4. Amortizações

A amortização é realizada de acordo com o prazo de vigência da concessão. Para os investimentos realizados durante a vigência do contrato, a amortização é realizada de forma proporcional, coincidente com a data de finalização da concessão.

A seguir, a composição das amortizações previstas e estimadas para os exercícios subsequentes:

	Amortização prevista anual	
	31/12/2022	31/12/2021
2021	-	7.682
2022	7.937	7.682
2023	7.937	7.682
2024	7.937	7.682
2025	7.937	7.682
2026	7.937	7.682
Após 2026	115.501	114.151
	155.186	160.243

9.5. Serviços de construção

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	2.856	7.612
Custo de construção	(2.856)	(7.612)
	-	-

9.6. Teste de impairment do intangível

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a administração não identificou fatores, internos ou externos, inclusive considerando o atual cenário de pandemia da Covid-19, que pudessem indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (impairment) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relacionados a operações entre partes relacionadas decorrem de transações financeiras com a Companhia e seu acionista, nas quais a Administração considera que foram realizadas em condições pactuadas entre as partes.

Durante o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

10.1 Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		
Sanesalto Saneamento S.A.	2.918	2.918

A Sanesalto Saneamento S.A. cedeu a valor de face, em virtude do PRT e PERT, créditos tributários decorrentes de prejuízos acumulados que não seriam utilizados em sua operação. Conforme contrato de créditos tributários firmado entre as partes em 31 de maio de 2017, podendo ser liquidados em até 60 meses, porém poderá ser liquidado em data antecipada. A Companhia prevê a liquidação até o final do primeiro semestre de 2023.

10.2 Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

A Companhia não mantém saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 35 em 31 de dezembro de 2021) referente às despesas dos serviços administrativos compartilhados pela Conasa. Estão inseridos nesses serviços, os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção

da estrutura administrativa da Conasa, de acordo com a proporção de receitas do exercício anterior de suas coligadas e controladas.

	Passivo	
	31/12/2022	31/12/2021
CONASA - Infraestrutura S.A. (a)	-	35

	Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021
CONASA - Infraestrutura S.A.	5.827	4.987

(a) Os valores correspondentes ao passivo dos reembolsos de serviços administrativos compartilhados estão inseridos no grupo de Fornecedores.

10.3 Remuneração dos administradores

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro 2022, totalizaram R\$ 679 (R\$ 624 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

11. Direito de uso do ativo e passivo de arrendamentos

11.1 Direito de uso

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa		Amortização acumulada	Direito de Uso Líquido	Taxa		Amortização acumulada	Direito de Uso Líquido
	Média Anual	Custo			Média Anual	Custo		
Direito de uso - Built to Suit (a)	9,44%	13.942	(1.614)	12.328	9,44%	17.376	(4.592)	12.784
Direito de uso - Outros arrendamentos	26,15%	1.431	(290)	1.141	26,15%	1.591	(537)	1.054
		15.373	(1.904)	13.469		18.967	(5.129)	13.838

(a) Em 05 de fevereiro de 2016, a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, com respectivo valor de locação de R\$ 164 mensal. Em 2018 foi firmado o termo de entrega da obra, desde quando se encontra em operação.

11.2 Movimentação do direito de uso

	31/12/2022				
	Direito de uso líquido	Novos Contratos	Amortização do período	Remensuração	Direito de uso líquido final
Direito de uso - Built to suit	12.784	-	(1.614)	1.157	12.327
Direito de uso - Outros arrendamentos	1.054	276	(290)	102	1.142
	13.838	276	(1.904)	1.259	13.469

	31/12/2021				
	Direito de uso líquido	Novos Contratos	Amortização do período	Baixas	Direito de uso líquido final
Direito de uso - Built to suit	14.273	-	(1.489)	-	12.784
Direito de uso - Outros arrendamentos	1.085	991	(272)	(750)	1.054
	15.358	991	(1.761)	(750)	13.838

11.3 Passivo de arrendamentos

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Passivo de arrendamentos - Built to suit	1.682	1.353
Passivo de arrendamentos - Outros arrendamentos	161	257
	1.843	1.610
Não circulante		
Passivo de arrendamentos - Built to suit (a)	11.721	11.431
Passivo de arrendamentos - Outros arrendamentos	1.042	963
	12.763	12.394

11.4 Síntese da movimentação do passivo de arrendamentos:

	Saldo Inicial 31/12/2021	Novos Contratos	Provisão (reversão) de Juros e AVP	(-) Amortização		Baixas	Saldo em 31/12/2022
				Principal	Juros		
Passivo de arrendamentos	14.004	1.480	2.352	(1.773)	(1.457)	-	14.606
	14.004	1.480	2.352	(1.773)	(1.457)	-	14.606

	Saldo Inicial 31/12/2020	Novos Contratos	Provisão (reversão) de Juros e AVP	(-) Amortização		Baixas	Saldo em 31/12/2021
				Principal	Juros		
Passivo de arrendamentos	13.563	991	2.097	(956)	(884)	(807)	14.004
	13.563	991	2.097	(956)	(884)	(807)	14.004

Em 31 de maio de 2020, em virtude da pandemia da Covid-19, e para resguardar os recursos de caixa da Companhia, a administração firmou aditivo do contrato de locação com o INFRA Real Estate Fundo

de Investimento Imobiliário ("FII"), prorrogando 12 parcelas para o final do seu contrato "Buit to sult". A partir de 30/06/2021, voltou a cumprir com os pagamentos das parcelas vincendas.

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

12.1. Composição

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	31/12/2022		Taxa efetiva anual	31/12/2021	
			Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante
Empréstimos e financiamentos							
Debêntures (a)	jul/29	0,00%	-	-	12,00%	-	14.874
Debêntures (b)	ago/27	0,00%	17.943	72.054	17,13%	12.363	82.928
			<u>17.943</u>	<u>72.054</u>		<u>12.363</u>	<u>97.802</u>

(a) Em 4 de julho de 2016, houve a emissão de debêntures no valor de R\$ 21.000 da Companhia Águas de Itapema, que foram adquiridas pela Conasa Infraestrutura S.A., com vencimento para 2 de julho de 2029, com o mecanismo de pagamento ("bullet"), justamente para não onerar fluxo de caixa de curto prazo da Companhia em outros financiamentos. A Companhia resgatou o saldo de suas debêntures em fevereiro de 2022.

(b) Em 7 de fevereiro de 2019, a Companhia emitiu R\$ 100.000 em debêntures enquadradas na Lei 12.431. Tal captação de recursos foi utilizada no plano de investimentos previsto no Contrato de Concessão para o exercício de 2019 e início de 2020. Esse empréstimo é remunerado a juros de 7,0685% a.a. e correção indexada ao IPC-A.

12.2 Movimentação

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	110.165	119.693
(-) Pagamento do Principal	(17.047)	(24.004)
(-) Pagamento dos Juros	(16.308)	(8.333)
Provisão de Juros	12.728	22.350
Amortização custo de captação	459	459
Saldo Final	89.997	110.165

12.3 Vencimento das parcelas dos empréstimos (principal e encargos)

Ano de Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
2022		12.363
2023	18.402	12.363
2024	18.402	12.363
2025	18.402	12.363
2026	18.402	12.363
Após 2026	16.389	48.350
Total	89.997	110.165

12.4 Condições Restritivas Financeiras - "Covenants"

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) intervenção do poder concedente, (iv) vedação de redução do capital social; e (v) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários. Além das cláusulas restritivas a emissora deverá apresentar em até 90 dias do término do exercício o relatório do ICSD (Índice de cobertura do serviço da dívida) que deve ser igual ou superior a 1,2, e do índice de liquidez que deve ser igual ou superior a 1, não podendo deixar de cumprir por dois anos consecutivos ou por 3 anos alternados.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas não financeiras. Cumpriu também com o índice ICSD em 2730, assim como cumpriu com o índice de liquidez corrente encerrando em 1,11.

13. Fornecedores

A Companhia trabalha com diversos fornecedores dos mais variados ramos de atividades, destacando-se fornecedores de materiais e serviços de infraestrutura de saneamento, materiais hidráulicos, materiais de construção e empreiteiros no setor da construção civil. Apresentamos a seguir os saldos comparativos:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores		
ATS Brasil Indústria Química	-	183
LMR Obras, Comercio e Construções Ltda	146	145
Agencia de Regulação Serviços Públicos (a)	1.041	841
Transambiental Col e Transp. De Efluentes Ltda	195	251
Celesc Centrais Elétricas de Santa Catarina	351	476
Plierg Industria e Comercio Ltda	-	123
Auto Fossa Pereque Ltda - EPP	117	-
Santos Transportes e Comercio de Areia Ltda	222	354
Companhia Aguas de Itapema	157	-
Dimac Loc e Com. Equipto Ltda	187	-
Solido Ambiental - Transp. De Residuos Ltda	190	-
Outros Fornecedores	804	978
	<u>3.410</u>	<u>3.351</u>
Fornecedores - Partes relacionadas (nota 10.2)		
Conasa Infraestrutura S.A.	-	35
	<u>-</u>	<u>35</u>
	<u>3.410</u>	<u>3.386</u>

(a) Refere-se ao valor a pagar a ARESC-Agência Reguladora de Serviços Públicos, conforme contrato de concessão.

14. Pessoal, e encargos sociais a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal a Pagar		
Salários a pagar	213	197
Provisões trabalhistas	487	440
Outras obrigações trabalhistas	4	1
	<u>704</u>	<u>638</u>
Encargos Sociais		
INSS a recolher	106	93
FGTS a recolher	31	28
IRRF sobre folha a recolher	36	30
Contribuição assistencial	-	1
	<u>173</u>	<u>152</u>
	<u>877</u>	<u>790</u>

15. Obrigações fiscais e parcelamentos

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Encargos tributários a pagar		
PIS e COFINS a recolher	347	180
ISS a recolher	6	6
Retenção de impostos	66	56
Impostos de renda e contribuição social	2.545	-
Total de encargos tributários a pagar	2.964	242
Impostos e contribuições parceladas		
Parcelamento municipal (ISS)	284	3.436
Parcelamento federal	3.882	2.934
Total de impostos e contribuições parcelados	4.166	6.370
Não circulante		
Impostos e contribuições parceladas		
Parcelamento municipal (ISS)	-	148
Parcelamento federal	5.344	5.647
	<u>5.344</u>	<u>5.795</u>
Total de impostos e contribuições parceladas	9.510	12.165

(a) Refere-se ao ISS devido no período de 2008/2009 em que a Companhia participou do Consórcio Construtor Catarinense. Com o advento do REFIS da lei nº 3.998, de 22 de junho de 2020 da prefeitura da cidade de Itapema, a administração decidiu aderir ao parcelamento em 24 parcelas consecutivas com redução de 50% nas multas e juros.

15.1 Vencimento das parcelas dos parcelamentos

Ano de Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	6.370
2023	4.166	1.711
2024	1.698	1.621
2025	1.576	1.416
2026	1.411	511
Após 2026	659	536
Total	9.510	12.165

16. Provisões para contingências

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para as ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, sendo que essas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. Em função das características dessas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas, contudo, houve processos que na análise dos advogados foram considerados que a Companhia terá êxito, e dessa forma, grande parte foram revertidos. Os saldos das provisões são os seguintes:

16.1. Composição por probabilidade de perda

Probabilidade de Perda	31/12/2022				
	Tributário	Cível (a)	Trabalhista	Ambiental	Total
Provável	610	55	-	-	665
Possível	37.308	372	306	7.200	45.186
Total	37.918	427	306	7.200	45.851

Probabilidade de Perda	31/12/2021				
	Tributário	Cível (a)	Trabalhista	Ambiental	Total
Provável	-	55	-	-	55
Possível	37.308	372	306	7.200	45.186
Total	37.308	427	306	7.200	45.241

(a) Os processos referem-se às causas cíveis em que são pleiteadas indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas.

16.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte em ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como perda possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui os saldos de R\$ 37.308, (R\$ 37.308 em 31 de dezembro de 2021) como possível perda em processos tributários, e R\$ 372 (R\$ 372 em dezembro de 2021) em processos cíveis como probabilidade possível, R\$ 306 (R\$ 306 em 2021) em processos trabalhistas, e R\$ 7.200 em processos ambientais (R\$ 7.200 em 2021) considerados como perdas possíveis.

17. Patrimônio líquido**17.1. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 68.496, representando 68.495.628 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas. A seguir, a composição acionária:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Conasa Infraestrutura S.A.	68.495.628	100%	68.495.628	100%
	68.495.628	100%	68.495.628	100%

17.2. Reserva legal

O Estatuto Social prevê que, do lucro líquido apurado no período, deverão ser destinados 5% para constituição de reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital social. No encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou a reserva legal de R\$ 731 sobre o resultado do exercício.

17.3. Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do Lucro Líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. No encerramento do exercício de 2022 foi provisionado o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas sobre o patrimônio líquido de 2021 no valor de R\$ 4.542, superior aos 25% mínimos obrigatórios a ser deliberado na assembleia geral ordinária. Durante o exercício de 2022 não foram distribuídos dividendos intermediários. Considerando a retenção do imposto de renda sobre os juros de capital próprio a Companhia manteve o valor líquido de R\$ 3.860 de dividendos a pagar.

17.4. Reserva de retenção de lucros

No encerramento do exercício de 2022, com o resultado positivo, a Companhia absorveu os prejuízos acumulados no valor de R\$ 1.885, e após a destinação dos lucros como prevê o estatuto social, a Administração decidiu manter o saldo de R\$ 13.895 como reserva de retenção de lucros a ser destinado em uma próxima assembleia geral extraordinária.

17.5. Prejuízos acumulados

No encerramento do exercício de 2021 havia saldo de R\$ 1.885 de prejuízos acumulados, assim como o resultado foi positivo, a administração decidiu, como prevê o estatuto social,

absorver os prejuízos acumulados com o lucro do exercício. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não mantinha mais o saldo de prejuízos acumulados.

18. Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de serviços (*)	99.917	73.165
Receita de construção	2.856	7.612
Cancelamentos	(5.026)	(4.550)
Impostos sobre serviços	(6.860)	(5.183)
	90.887	71.044

(*) O aumento na receita bruta de serviços, deve-se ao aumento tarifário ocorrido em fevereiro de 2021 que estava represado e com a retomada da economia no início do exercício de 2022 após a pandemia.

19. Custos dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Custo com pessoal	(3.750)	(3.445)
Custo com materiais e insumos	(3.241)	(2.771)
Custo com produtos químicos	(1.677)	(1.853)
Custo com serviços de terceiros	(6.067)	(4.216)
Custo com amortização e depreciação	(9.758)	(9.364)
Custo com energia elétrica	(3.080)	(2.823)
Custos com construção	(2.856)	(7.612)
	(30.429)	(32.084)

20. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(2.017)	(1.419)
Despesas com serviços de terceiros	(1.736)	(1.325)
Despesas com serviços administrativos compartilhados (a)	(5.827)	(4.987)
Despesas com viagens	(72)	(70)
Despesas com locação	(97)	(61)
Despesas com depreciação	(141)	(118)
Despesas sobre debêntures (b)	(401)	(376)
Seguro Garantia	(158)	(144)
Outras despesas	(392)	(805)
	(10.841)	(9.305)

(a) Referem-se aos serviços administrativos compartilhados efetuados durante o período pela Controladora, conforme mencionado na nota explicativa 10.2.

(b) Refere-se às despesas com os serviços de agentes fiduciário e bancos liquidantes das debêntures. Para 2022 estas despesas foram alocadas como resultado financeiro.

21. Despesas comerciais

	31/12/2022	31/12/2021
Despesa com pessoal	(737)	(799)
Propaganda e publicidade	(401)	(570)
Feiras e eventos	(44)	(105)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(1.308)	(617)
Depreciação e amortização	(33)	(40)
Outras despesas comerciais	(250)	(210)
	(2.773)	(2.341)

22. Outras receitas / despesas

	31/12/2022	31/12/2021
Multas sobre impostos em atraso	(490)	(40)
Reconhecimento de tributos de outros períodos	(462)	(254)
Provisão(reversão) para contingências	(610)	59
Outras Receitas	(2)	51
Outras Despesas	1	3
	(1.563)	(181)

23. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras		
Juros sobre atualização de debêntures	(12.727)	(20.965)
Juros sobre empréstimo de capital de giro e FINAMES	(1)	(1.385)
Juros sobre parcelamentos	(1.370)	(965)
Despesas Bancárias	(461)	(449)
Juros sobre arrendamentos	(2.352)	(2.038)
Amortização de custo de captação	(459)	(459)
Custo de transação de debêntures	(153)	-
Outras despesas financeiras	(31)	(5)
	(17.554)	(26.266)
Receitas financeiras		
Juros recebidos sobre aplicação financeira	1.251	389
Juros recebidos sobre arrecadação em atraso	924	931
Outras receitas financeiras	-	1
	2.175	1.321
Resultado financeiro	(15.379)	(24.945)

24. Imposto de renda e contribuição social

Durante o exercício de 2022 e 2021 a Companhia optou pelo regime de Lucro Real trimestral. Nesse regime, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada a partir do lucro contábil, acrescido de ajustes (adições e exclusões) requeridos pela legislação tributária na apuração dos tributos do ano corrente. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o imposto de renda apurado foi de R\$ 6.316 e contribuição social R\$ 2.282 (R\$ 844 e R\$ 311 respectivamente em 31 de dezembro de 2021). Para o cálculo a Companhia utilizou o prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 1.410 perfazendo o valor de R\$ 353 de IRPJ diferido sobre prejuízo fiscal e R\$ 126 de CSLL sobre base negativa (R\$ 371 e R\$ 132 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não mantinha mais saldo de prejuízo fiscal e base negativa (R\$ 1.410 em 31 de dezembro de 2021).

A seguir a reconciliação da apuração do imposto de renda e contribuição social corrente:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	29.902	2.186
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - Calculados a alíquotas nominais	(10.167)	(743)
Imposto diferido não constituído sobre Prejuízo Fiscal	(495)	(213)
Reconhecimento do Imposto diferido sobre Prejuízo Fiscal	2.023	503
Despesas Indedutíveis (adições/exclusões)	(223)	(718)
Imposto de renda retido na fonte e outras compensações	12	22
Outras movimentações	1	(6)
Imposto de Renda e Contribuição Social Apurados	(8.849)	(1.155)
IRPJ e CSLL Correntes	(9.328)	(1.658)
IRPJ e CSLL Diferidos	479	503
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(8.849)	(1.155)
Alíquota efetiva	30%	53%

25. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	21.053	1.031
Média ponderada de ações em circulação	68.495.628	39.427.244
Resultado por ações - básico - R\$	0,3074	0,0261

Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias. A Companhia só possui uma classe de ação ordinária e não há ações ordinárias potenciais diluidoras ou opções que pudessem converter as ações preferenciais em ordinárias, portanto, o valor do lucro por ação diluído é igual ao básico.

31/12/2022		31/12/2021	
Quantidade de ações	Avos	Quantidade de ações	Avos
68.495.628	12/12	36.784.664	11/12
		68.495.628	01/12
Média ponderada de ações	68.495.628	Média ponderada de ações	39.427.244
Lucro básico por ações (em reais)	0,2411	Lucro básico por ações (em reais)	0,0261

26. Instrumentos financeiros**26.1. Análises dos instrumentos financeiros**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

26.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. O valor de mercado dos instrumentos financeiros se aproxima do valor justo no encerramento do período do saldo contábil, motivo este de estarem demonstrados abaixo somente o saldo contábil:

Categoria	31/12/2022	31/12/2021	
	Valor contábil	Valor contábil	
Ativo financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	26.651	26.088
Contas a receber	Custo amortizado	7.382	5.579
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	82	54
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	3.567	3.386
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	89.997	110.165
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	14.606	14.004
Partes relacionadas	Custo amortizado	2.918	2.918

26.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado- Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, assim como as debêntures e o passivo de arrendamentos, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

A administração considerou o risco de redução do CDI em dois cenários, no cenário I considerou como projeção queda de 25% e no cenário II queda de 50%. Para as variações da DI, considerou aumento de 25% e 50% respectivamente:

Ativo financeiro	Risco	Taxa atual	Saldo Atual	Projeção de mercado	
				Cenário I	Cenário II
Caixa e Equiv. Caixa	Redução taxa CDI	5,79%	26.651	19.988	13.326
Clientes		5,79%	7.382	5.537	3.691
Total ativo			34.033	25.525	17.017
Passivo financeiro					
Debêntures Pública	Aumento na taxa IPCA	17,13%	89.997	112.496	134.996
Arrendamento - BTS	Aumento na taxa IPCA	5,79%	13.403	16.754	20.105
Outros Arrendamentos	Aumento na taxa IGP-M	7,30%	1.203	1.504	1.805
Total passivo			104.603	130.754	156.905
Exposição da dívida			70.570	105.229	139.888
Efeito Líquido - Perda				34.659	70.570

(b) Risco de taxas de câmbio

A Companhia não realiza operações cambiais.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto ao risco de crédito associado a cliente, a Administração julga um risco significativo e provisiona as possíveis perdas de clientes, conforme mencionado na Nota 4.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial. Adicionalmente, a maturidade dos financiamentos, empréstimos e debêntures é demonstrada na nota 12, o vencimento do saldo de fornecedores é até um ano, e não há data definida de vencimento para transações com partes relacionadas.

27. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar a capacidade de continuidade das suas operações e oferecer retorno aos acionistas e demais partes interessadas.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, entre outros. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A estrutura de capital da Empresa é bastante conservadora.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim resumidos:

	31/12/2022	31/12/2021
A - Total de empréstimos, debêntures e passivo de arrendamento (nota 11.3 e 12)	104.603	124.169
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	26.651	26.142
C = (A - B) - Dívida líquida	77.952	98.027
D = Total do patrimônio líquido	78.834	66.612
E = (C + D) - Capital total	156.786	164.639
C/E = Índice de alavancagem financeira	49,7%	59,5%

28. Seguros (não auditado)

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Os contratos de seguros que a Companhia efetuou em 2022 cobrem os principais ativos operacionais, em especial as estações de tratamento de água e esgoto, com período de vigência de 1º de fevereiro de 2022 a 1º de fevereiro de 2023.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Abaixo os valores em risco:

	Valor em risco	
	Danos materiais	Lucros cessantes
Estação de tratamento de esgoto	17.250	9.642
Estações de tratamento de água	16.105	9.002
Estações elevatórias de esgoto	4.080	2.281
Sede Administrativa	1.500	838
Almoxarifado - anexo a sede administrativa	2.000	1.118
Almoxarifado - bairro Morretes	1.500	838
Lagoa de captação de água bruta	500	279
	42.935	24.000

Mario Vieira Marcondes Neto
Diretor Presidente

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/0-1

Companhia Águas de Itapema

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Águas de Itapema

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Águas de Itapema ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

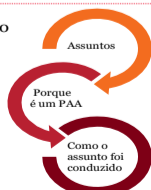
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Itapema em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Companhia Águas de Itapema

Porque é um PAA

Ativo intangível - Capitalização de gastos - Notas 2.9 e 9

Os valores registrados como ativo intangível referem-se aos gastos incorridos na infraestrutura em construção, nos termos da interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Consideramos a capitalização de gastos no ativo intangível de concessão como um dos principais assuntos de auditoria uma vez que essas capitalizações podem representar custos não qualificáveis de acordo com as normas contábeis ou que não representem obras efetivamente realizadas de acordo com o contrato de concessão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos no processo, a avaliação dos critérios adotados pela administração para a identificação, elegibilidade e registros dos gastos capitalizados. Com base em testes amostrais, confrontamos as adições efetuadas com as respectivas documentações suportadas, avaliando também, a natureza e a aplicabilidade dos gastos em obras no contrato de concessão. Adicionalmente, efetuamos a leitura das divulgações realizadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Companhia Águas de Itapema

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Companhia Águas de Itapema

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 29 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Document signed by:
Adriano Machado
CPF: 14621112-0000
Data: 29 de março de 2023 15:24 BRT
ICP